



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE
ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CNPJ 67.360.404/0001-67

LEI ORDINÁRIA Nº 1093, DE 03 DE DEZEMBRO 2025

***“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
PARA O EXERCÍCIO DE 2.026.”***

MARCELO LISBOA MACHADO, Prefeito Municipal
de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu
sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro
de 2026.

Parágrafo único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente,
ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e
programática (Programas).

Artigo 2º. A receita orçamentária é estimada na forma dos anexos desta Lei em
R\$ 44.473.786,56 (Quarenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, setecentos
e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), e será realizada mediante a arrecadação dos
tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, desdobrada em:

ESPECIFICAÇÃO	
1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA RECEITAS CORRENTES	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	4.024.080,00
Receita de Contribuições	135.000,00



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE
ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CNPJ 67.360.404/0001-67

Receita Patrimonial	299.000,00
Transferências Correntes	45.529.264,50
Outras Receitas Correntes	325.912,06
Retenções ao FUNDEB	5.839.470,00
Total Receitas Correntes	44.473.786,56
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	0,00
Total Receitas de Capital	0,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	44.473.786,56

Artigo 3º.A Despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em **R\$ 44.473.786,56 (Quarenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)** e será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01 – Legislativa	2.040.000,00
04 – Administração	5.454.000,00
06 – Segurança Pública	2.120.000,00
08 – Assistência Social	1.751.000,00
10 – Saúde	8.646.000,00
12 – Educação	16.069.136,56
13 – Cultura	143.000,00
15 – Urbanismo	2.812.000,00
20 - Agricultura	1.464.000,00
23 – Comércio e Serviços	610.000,00
26 – Transporte	1.686.000,00
27 – Desporto e Lazer	580.000,00



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE
ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CNPJ 67.360.404/0001-67

99 – Reserva de Contingência	1.098.650,00
Total Geral	44.473.786,56

02 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	41.593.136,56
Despesas de Capital	1.782.000,00
Reserva de Contingência	1.098.650,00
TOTAL DA DESPESA	44.473.786,56

03 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

01	PODER LEGISLATIVO	
01.01.00	Câmara Municipal	2.040.000,00
02	PODER EXECUTIVO	
02.01.00	Gabinete do Prefeito	1.841.650,00
02.02.00	Secretaria de Administração e Finanças	4.805.000,00
02.03.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	16.212.136,56
02.04.00	Secretaria Municipal de Saúde	8.646.000,00
02.05.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	2.812.000,00
02.06.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenv. Rural	1.464.000,00
02.07.00	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	1.190.000,00
02.08.00	Secretaria Municipal de Promoção Social	1.451.000,00
02.09.00	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito	2.120.000,00
02.10.00	Secretaria Municipal de Transportes	1.686.000,00
02.11.00	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	206.000,00
	TOTAL DA DESPESA	44.473.786,56

Artigo 4º. Com fundamento no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2025 conterà autorização



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE
ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CNPJ 67.360.404/0001-67

para o Poder Executivo proceder a abertura de créditos adicionais suplementares e estabelecerá as condições e o limite percentual a ser observado para tanto, conforme autorização abaixo:

I – Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a abrir por decreto, créditos adicionais suplementares até o limite 15% (quinze por cento) da despesa fixada para o exercício;

~~**II** – Abrir créditos adicionais suplementares, até o valor do superávit financeiro verificado no exercício 2025, se houver, não sendo considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo (*Suprimido pela Emenda Supressiva 01/2025 ao Projeto de Lei Original*);~~

~~**III** - Suplementar recursos dentro do grupo de despesas 3.1 – Pessoal e Encargos Sociais, não sendo considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo (*Suprimido pela Emenda Supressiva 01/2025 ao Projeto de Lei Original*);~~

IV – Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;

V – Realizar o desmembramento, por decreto, das dotações do orçamento de 2026, em quantas fontes de recursos e/ou elementos de despesa forem necessários, segundo proposta do projeto Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando necessário, condicionado a prévia existência de dotação na mesma categoria de programação que tenha sido autorizada pelo poder Legislativo;

VI – Abrir créditos adicionais suplementares, se necessários, nas dotações do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, até o limite dos repasses recebidos, não sendo considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo;

VII – Utilizar a Reserva de Contingência para suplementar quaisquer dotações, até o limite do seu saldo, não sendo considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo;

~~**VIII** – Abrir créditos adicionais suplementares, se necessário, nas dotações destinadas ao serviço da dívida pública, pagamento de sentenças judiciais de quaisquer naturezas, despesas de exercícios anteriores, até o limite necessário ao cumprimento das obrigações, não sendo~~



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE
ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CNPJ 67.360.404/0001-67

~~considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo~~ (*Suprimido pela Emenda Supressiva 01/2025 ao Projeto de Lei Original*);

IX - Abrir créditos especiais e/ou suplementares destinados ao cumprimento das emendas parlamentares individuais até o limite estabelecido na Lei Orgânica Municipal, não sendo considerado para o limite estabelecido no inciso I deste artigo.

Artigo 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Artigo 6º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Campina do Monte Alegre, 03 de dezembro 2025.

MARCELO LISBOA MACHADO
Prefeito Municipal

Origem Projeto de Lei nº 53/2025
Autógrafo nº 1145/2025, de 01 de dezembro de 2025